

# COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2021**

(Do Sr. JORGE SOLLA)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação dos aprovados no Concurso da CEF, em 2014.

Senhor Presidente,

Com base no Artigo 24, Inciso III, combinado com o Artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o Plenário desta Comissão, requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública por videoconferência para debater a situação atual dos aprovados no concurso promovido pela Caixa Econômica Federal (CEF), em 2014, objetivando viabilizar mais contratações.

Para tanto, solicitamos sejam convidados (as):

- Pedro Guimarães, presidente da Caixa Econômica Federal (CEF);
- Tribunal de Contas da União (TCU), representante;
- Sérgio Takemoto, presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (FENAE);
- Isabela Freitas, presidente da Comissão Independente dos Aprovados da CEF 2014 e
- Augusto Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, membro do Comando Nacional dos Bancários.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em 16 de maio de 2014, foi homologado no Diário Oficial da União o concurso público nacional para o cargo de técnico bancário novo, nível médio, da carreira administrativa da Caixa Econômica Federal. O certame foi regido pelo Edital nº 1 – Caixa, de 22 de janeiro de 2014, publicado em 23 de janeiro de 2014, com vagas regionalizadas distribuídas por Macropolo (compostos por um ou mais Estados) e Polos (compostos por um ou mais municípios de determinado Macropolo). Coube ao candidato, no momento de sua inscrição, optar por um dos específicos polos a que desejasse. A título de curiosidade, foi o maior concurso público do Brasil e um dos maiores concursos públicos do mundo, com 1.900.000 (um milhão e novecentos) candidatos inscritos. O concurso da CEF ofertou 32.880 vagas para cadastro de reserva. Assim foram ofertadas as vagas pelo Macropolo por Estados, sendo 469 – AC/RO, 374 – AL, 598 – AM/RR, 2.236 – BA, 913 – CE, 1.975 – DF, 658 – ES, 811 – GO, 324 – MA, 3.795 – MG, 485 – MS, 468 – MT, 849 – PA/AP, 485 – PB, 603 – PE, 358 – PI, 2546 – PR, 1.238 – RJ/CAPITAL, 937 – RJ/INTERIOR, 318 – RN, 1.782 – RS, 1.534 – SC, 2.803 – SP/CAPITAL, 5.323 – SP/INTERIOR, 181 – TO, 342 – SE, Com validade de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, foi prorrogado em 8 de maio de 2015. Nesse período gerou três Ações Civis Públicas (ACP), sendo duas de autoria do Ministério Público do Trabalho (MPT), mais de 7 mil ações individuais, por irregularidade e descumprimentos de editais, Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) à Convenção Coletiva de Trabalho 2014/2015 (CCT CONTRAF 2014/2015) celebrado entre a CEF e a FENABRAN (Federação Nacional dos Bancos). Por essas ações o concurso está vigente por tempo indeterminado.

Tendo em vista, a importância que a CEF representa para o Brasil nas políticas públicas do governo federal em que está inserida e o público que atende, os aprovados do concurso do Caixa de 2014, reivindicam a convocação dos aprovados no cadastro de reserva ao longo do prazo de vigência. Todos sabemos da importância desta

instituição para o Brasil, principalmente por executar as políticas públicas como moradia popular, saneamento básico, infraestrutura urbana, educação e agricultura, sem ter quadro de funcionários suficiente para que possa alavancar ainda mais o crescimento e fortalecimento da instituição. No segundo ano do Estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da pandemia de Covid-19, o auxílio emergencial é administrado pela CEF, a quem cabe a organização e o pagamento aos beneficiários, exigindo muito da equipe de funcionários.

No dia 18 de março, ao anunciar que a instituição registrou lucro líquido de R\$ 5,7 bilhões no quarto trimestre de 2020, a estatal confirmou que 76 novas agências serão abertas para o aumento da rede de atendimento, com a convocação de 2.766 aprovados no concurso de 2014. Mas a FENAE, Federação que congrega 27 Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Apcef), alerta que essas convocações não suprem nem 15% da atual carência, cujo déficit se aproxima a 20 mil funcionários, já que desde 2016 o banco vem diminuindo o quadro. Estima-se que, dos mais de 30 mil aprovados no concurso de 2014, menos de 10% foram convocados. Além de piorar as condições de trabalho (funcionários submetidos à jornadas extenuantes e ao cumprimento de metas inalcançáveis em um contexto de pandemia) a falta de bancários prejudica o atendimento à população.

A recomposição do quadro de pessoal da Caixa — que provou ser essencial ao país no atendimento a mais de 120 milhões de brasileiros durante a pandemia e voltará à linha de frente do pagamento do auxílio emergencial — é reivindicação histórica da FENAE e de outras entidades representativas dos trabalhadores. Ao longo dos últimos 6 anos a Caixa Econômica Federal realizou vários PDV's (plano de demissão voluntária), resultando em uma redução de mais de 20 mil empregados sem a devida reposição. Os sindicatos dos bancários vem se empenhando, não só para o fortalecimento do banco como para a contratação de novos funcionários visando a qualidade de atendimento à

população e melhorar as condições de trabalho dos empregados da Caixa. O banco chegou a ter 101,5 mil empregados em 2014 e conta atualmente com 84,2 mil. Apesar disso e do aumento do volume e da rede de atendimento, a empresa perderá mais de 2 mil trabalhadores que aderiram ao PDV do ano passado.

A Caixa está presente em 97% dos 5.570 municípios para que as ações sociais cheguem a quem mais precisa. É o principal operador e financiador de políticas públicas sociais, além de gerador de emprego, renda e desenvolvimento. É também a maior parceira dos estados e municípios no financiamento de grandes obras de saneamento e infraestrutura, áreas essenciais para a garantia de melhor qualidade de vida à população.

A recomposição do quadro de funcionários da CEF, portanto, não é somente uma reivindicação histórica das entidades representativas dos trabalhadores, mas deve interessar ao conjunto da sociedade brasileira, razão pela qual peço apoio dos nobres pares para debatermos esse tema.

Sala da Comissão, em 29 de março de 2021.

Deputado **JORGE SOLLÁ**  
(PT-BA)